

Emenda e ação de ministros por mandato de 5 anos animam Sarney

Brasília — Luciano Andrade



Prisco: apoio suficiente

BRASÍLIA — A disposição de luta dos ministros em torno da manutenção de um mandato de cinco anos e a mobilização de parlamentares em torno da emenda do deputado Mateus Iensen (PMDB-PR) estão animando o presidente José Sarney animado. É o que deixaram transparecer o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) — que também é do *Centrão* — e o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana.

O ministro disse que entre as várias hipóteses sobre as quais se articulam os defensores do mandato de quatro anos está a de que há um descontentamento em relação ao governo federal e ao presidente da República. Ele reconhece que existe o descontentamento, mas entende que ele é generalizado.

— Pelas manifestações do povo e pelas pesquisas, sabemos que não existe descontentamento só em relação ao presidente da República, mas também em relação aos governos estaduais e aos deputados e senadores. É um descontentamento abrangente, decorrente de uma situação econômica incômoda — disse Prisco.

Para ele, se o pressuposto para reduzir o mandato presidencial é o descontentamento, então devem ser reduzidos todos os outros mandatos. "Para insatisfação geral, eleições gerais", afirmou explicando que isso não quer dizer que está defendendo a realização de eleições gerais.

Coalizão — O ministro da Habitação disse que o governo tem consciência de que a maioria do PMDB lhe dá apoio e que a reunião dos *históricos* do partido (estão pedindo o rompimento do partido com o governo) não trouxe nada de novo e não terá nenhuma consequência.

— Manifestaram-se contra o governo os que já vinham divergindo, alguns até fazendo oposição radical.

O presidente tem apoio suficiente de uma coalizão de partidos e de correntes partidárias expressivas na Constituinte para manter os cinco anos. E nós estamos decididos a continuar trabalhando para manter a posição do presidente, que é do conhecimento de todos há muito tempo.

Sobre a posição do governador de São Paulo, Orestes Quércia, antigo defensor do mandato de cinco anos que passou para o bloco dos que querem quatro anos, Prisco disse que "ele vem tendo conversas distantes de sua posição inicial, mas não tem posição declarada que não seja pelo mandato de cinco anos".

De manhã, no Palácio da Alvorada, onde a partir de hoje vai permanecer nas manhãs das segundas, quartas e sextas-feiras — para conversar, segundo o ministro Costa Couto, com quem queira ou precise — o presidente Sarney recebeu o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Sant'Anna foi levar a Sarney um balanço da coleta de assinaturas para a emenda do deputado Mateus Iensen (PMDB-PR), que defende cinco anos para o presidente.

— No sábado, nós já tínhamos 272 assinaturas. E até quarta-feira, quando devermos entregar a emenda, chegaremos a 310 adesões — disse Sant'Anna, que informou ter encontrado o presidente animado com a mobilização em torno dessa emenda.

Ministério pode ser modificado

BRASÍLIA — O chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, admitiu a possibilidade de mudanças no ministério, "dentro da rotina administrativa", mas afastou a hipótese de uma ampla reformulação do governo. A declaração foi feita após despacho com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada. Até o final do mês, o presidente trabalhará de manhã, às segundas, quartas e sextas-feiras, no Alvorada.

Segundo Costa Couto, Sarney não comentou a decisão dos *históricos* do PMDB, que na reunião de sábado passado exigiram o rompimento do partido com o governo no prazo de 30 dias. O chefe do Gabinete Civil limitou-se a dizer que, para o presidente, o grupo tem todo o direito de se reunir e discutir. Acrescentou que o que mais preocupa Sarney no momento é a negociação da dívida externa, que começou ontem em Nova Iorque.

Maluf avisa que concorre pelo PDS em diretas

SÃO PAULO — O ex-deputado Paulo Maluf retornou da Europa, onde esteve durante um mês, confirmando que disputará mais uma vez, pelo PDS, a Presidência da República, agora pela via direta. Já decidiu que sua primeira participação no grande debate nacional será voltada para a defesa da realização de eleições gerais para presidente, senador e deputado federal.

Maluf chegou bem disposto, retomando o velho estilo do político otimista, que acha sempre que vai ganhar a próxima eleição. Bateu duro no presidente José Sarney, acusando-o de agir "de maneira cínica e hipócrita" ao pretender um mandato de cinco anos. O ex-deputado, que concorreu e perdeu as eleições para o governo de São Paulo em 1986, disse que o PMDB também não deseja a eleição presidencial este ano, "por razões puramente fisiológicas".

Pesquisa — O ex-deputado se confessou "muito comovido" com o resultado de uma pesquisa na qual aparece como "o segundo preferido entre os jovens (eleitores) de 18 anos". Não revelou, porém, os dados da pesquisa, nem o instituto que a realizou.

— É antipopular — atacou — insistir em um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney porque o governo do PMDB falhou.

A viagem de Maluf foi a negócios. Ele reassumiu a direção do grupo Eucatex após o infarto sofrido, há dois meses, pelo irmão Roberto. O ex-governador visitou fábricas na França, Bélgica, Inglaterra e Suíça.



Maluf

Cabral não vai a debate na TV e Saulo fala só

BRASÍLIA — Depois de haver confirmado, quinta-feira passada, que compareceria a um debate com o consultor-geral da República, Saulo Ramos, no programa *Plenário*, da TV Manchete, que vai hoje ao ar, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, mudou de ideia e, 24 horas depois, mandou dizer que não poderia ir por estar muito ocupado com a apresentação de emendas.

Saulo acabou falando o tempo todo, sem ter um adversário. Disse que se identifica com o *Centrão*, e advertiu que a Constituinte não pode mexer no mandato de Sarney porque este está definido pela atual Constituição. Segundo Saulo, não é só militar que dá golpe de Estado. A redução do mandato, em sua opinião, seria "um golpe até aplaudido, mas continuaria sendo um golpe branco contra as instituições".

Ulysses quer apressar voto de constituintes

BRASÍLIA — Alertando que "não há transição sem Constituinte", o deputado Ulysses Guimarães pediu o apressamento dos trabalhos de discussão e votação da nova Constituição. E, para isso, já tem até uma sugestão: todos os artigos ou capítulos que não tiverem emendas ou pedidos de destaque poderão ser votados em bloc. Segundo ele, a ausência de emendas ou destaques significa que o assunto é consensual em plenário.

Depois de dizer que continuava estudando o pedido dos *históricos* para a convocação do diretório nacional do PMDB para discutir o rompimento com o governo, Ulysses advertiu: "Prejudicar a Constituinte é prejudicar a transição. Nós precisamos ultimar a Constituição para haver uma definição para que nós nos situemos dentro dela."

O deputado acentuou respeitar a posição dos *históricos* que querem até o rompimento com o governo e o lançamento de um candidato à Presidência, mas insistiu em suas advertências: "A Constituinte é uma estrada que não deve ter curvas nem atalhos para chegarmos mais depressa a um objetivo".

Ulysses elogiou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que tenta desdobrar os pontos sobre os quais já existe consenso para que sejam votados em bloco. "Nós podíamos englobar", salientou, "toda essa matéria num conjunto só, ou para usar uma linguagem esportiva, num *holo*. Votaríamos isso numa única sessão. Mas isso não depende de mim. Eu dependo dos constituintes, e estes se representam através das lideranças e de vários grupos."

Quércia e Montoro divergem

SÃO PAULO — Num encontro de uma hora e meia, dois presidentes do PMDB, o governador Orestes Quércia e o ex-governador Franco Montoro só concordaram num ponto: as eleições presidenciais este ano ainda não estão garantidas, embora ambos reconheçam que esse é o desejo majoritário da população. Ambos negaram a existência de um acordo formal de apoio mútuo, pelo qual Montoro receberia, agora, ajuda de Quércia para se eleger em troca da sustentação que lhe deu na campanha de 1986.

Preocupado com a sorte das eleições para a sucessão do presidente José Sarney ainda este ano, Montoro deixou o gabinete de Quércia no Palácio dos Ban-

deirantes apregoando nova mobilização nacional por diretas já, embora reconheça que dificilmente ela conseguirá reeditada a realizada em 1984. "As informações mais recentes", reconheceu Montoro, "mostram que as eleições em 1988 não são tão tranquilas e talvez exijam uma mobilização popular para que, em caso de dúvida, prevaleça a vontade majoritária."

O governador Orestes Quércia preferiu ficar na retaguarda e nada disse, nem contra nem a favor da proposta de Montoro, justificando: "Nessa questão não interfiro. Não vou lutar nem pelos quatro nem pelos cinco anos."

Senador denuncia falsificação

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) acusa o deputado Mateus Iensen (PMDB-PR) de ter falsificado sua assinatura na emenda que estabelece cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ao receber a formalização da denúncia, classificou o fato de "muito grave" e anunciou providências. Iensen não quis retirar a assinatura do senador e, segundo Mansueto, chegou a dizer que ele quer voltar atrás por pressões do governador Miguel Arraes, que quer um mandato de quatro anos para Sarney. Mansueto anunciou em nota oficial que, além das providências normais da Constituinte, vai levar o caso à Justiça.

O episódio mostra a exaltação de ânimos entre esquerda e direita, pois, ao que tudo indica, não houve falsificação; a assinatura é do deputado Gerson Peres (PDS-PA) e foi reconhecida

pela secretaria da Constituinte e pelo próprio autor. Houve, sim, equívoco na identificação da assinatura, atribuída a Mansueto. Mas como o acusado insiste em não levar em conta a reclamação do senador, o caso pode ter desdobramentos. O juiz da questão, o deputado Ulysses Guimarães, testemunha em favor de Mansueto; atesta que, realmente, ele não subscreveu nenhuma emenda em favor de cinco anos para Sarney.

Dois fatos não especificados na denúncia podem reforçar o argumento do senador de que houve má-fé: segundo ele, Iensen inexplicavelmente negou-se a fornecer-lhe a listagem completa dos que assinaram a emenda. E Peres não sabe se a subscreveu duas vezes. O deputado diz que não costuma identificar o seu nome ao lado da assinatura. Essa tarefa geralmente é feita por funcionários que coletam as assinaturas dos parlamentares.

Arraes acha bom estimular debate

RECIFE E CURITIBA — O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, disse que a reunião dos *históricos* do PMDB, realizada sábado passado, em Brasília, foi proveitosa porque ampliou o debate interno no partido. "Está havendo uma discussão e parece que as coisas estão ficando cada vez mais claras", disse. "Há necessidade de que se imprima uma ação para a superação da crise política". Arraes ressaltou que não apóia a decisão de dar prazo de 30 dias para que o PMDB rompa com o presidente José Sarney. Eu não entendo de prazos, principalmente prazos para romper". Entre os *históricos* que compareceram à reunião estão a deputada Cristina Tavares e o deputado Fernando Lyra, antigos seguidores do governador de Pernambuco, que anunciaram que vão abandonar o PMDB após o encerramento dos trabalhos da Constituinte.

Prévia é proposta para evitar cisão

A realização de uma prévia eleitoral dentro do PMDB — que apontaria um nome do partido às eleições presidenciais — é a proposta defendida pelo governador do Paraná, Álvaro Dias, para afastar os fantasmas de um possível *racha* da legenda, devido à polarização em torno de vários candidatos do PMDB. O governador afirmou que resolveu sair em defesa desta tese, já lançada pelo senador Mário Covas (PMDB/SP), porque a experiência teve sucesso no processo de escolha do candidato a vice-governador e senadores do PMDB do Paraná nas eleições de 86.

De acordo com Álvaro Dias, a prévia deveria ser feita há pelo menos sete meses da data marcada para as eleições presidenciais. A proposta do governador do Paraná, entretanto, não extingue a realização da convenção partidária, que, segundo ele, deverá ratificar a decisão das bases peemedebistas.